



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**  
TELEFONE: 5534321100

**PROTOCOLO Nº:** 6314/2023  
**Nº CONTROLE:** 281205 **CGM:** 90010  
**TITULAR:** FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIEN  
**CNPJ:** 09427563000135  
**ASSUNTO** APRESENTA SOLICITAÇÃO -  
**LOGRADOURO:** SANTO ÂNGELO, 200  
**BAIRRO:** CENTRO  
**MUNICÍPIO:** SANTA ROSA  
**DATA:** 01/06/2023  
**USUÁRIO QUE CRIOU O PROCESSO:** BEATRIZ MOTTA GOIA

**OUTROS DADOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº049/2023

*Impugnação ao Edital do PE 049/23*

**DOCUMENTOS**

**ASSINATURA DO REQUERENTE**

FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA H

**ASSINATURA RETIRADA DE DOCUMENTOS**

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

NOME:

CPF/CI:

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICIPIO DE ITAQUI/RS.**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2023**

**Objeto:** Registro de preços para futura aquisição de Fraldas Descartáveis.

**FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIENE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.427.563/0001-35, com sede na Rua Santo Ângelo, nº. 200, Bairro Centro, Santa Rosa/RS, CEP 98.780-076, futura licitante do processo à epígrafe, vem à presença de V. Sa., respeitosamente, pela presente, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, nos termos a seguir expostos:

**1 - DOS FATOS**

O Município de **ITAQUI /RS** instaurou processo licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 049/2023** visando futura aquisição de Fraldas descartáveis, com abertura prevista para o dia **06/06/2023**.

**6. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

**6.1.** *As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas.*

**2. DO MÉRITO**

Cumpre destacar preliminarmente, que a Impugnante é distribuidora de fraldas descartáveis infantis e geriátricas, realizando entregas a diversos órgãos públicos, sendo que não há, em todos esses anos, nenhuma mácula que venha a desaboná-la quanto a qualidade dos produtos entregues.

Isso porque, os produtos distribuídos pela Impugnante obedecem todos os padrões de qualidade exigidos pelos órgãos competentes, é detentora da **AFE (Autorização de Funcionamento) da ANVISA**, seus laudos de absorção são satisfatórios e homologados, logo, atendem as exigências da **Portaria nº 1480 de 31 de Dezembro de 1990**, que regulamenta os requisitos de qualidade aplicáveis aos produtos absorventes higiênicos



descartáveis, destinados ao asseio corporal.

Dito isto, passa apresentar as razões do presente recurso, com objetivo de ter esclarecidas omissões, e sanar potenciais ilegalidades no instrumento convocatório.

## **2.1. DO TERMO DE REFERÊNCIA – DOS PARÂMETROS DE MEDIDAS DE TAMANHOS DAS FRALDAS ADULTO - ITENS 1 a 7.**

O Termo de Referência trás especificações de exigência de tamanho da fralda, que, ainda que estejam próximas **ao padrão de mercado**, apresentam pequenas variações de tamanhos, quando comparadas com as fraldas adulto distribuídas pelas licitantes.

No presente Termo de Referência, alguns tamanhos de cintura e peso se apresentam um pouco fora dos parâmetros usualmente visto nos fabricantes, e também nos editais de licitação. Abaixo transcrevemos os tamanhos dispostos, sem repetir nos itens.

### **Termo de Referência:**

**Item 1:** Fralda Descartável Geriátrica, tamanho pequeno “P” Peso de 20 a 40 kg, cintura de 40 a 80 cm

**Item 2/3:** Fralda Descartável Geriátrica, tamanho médio “M” Peso de 40 a 70 kg, cintura de 80 a 125 cm

**Item 4/5:** Fralda Descartável Geriátrica, tamanho grande “G” Peso de 70 a 90 kg, cintura de 100 a 150 cm,

**Item 6/7:** Fralda Descartável Geriátrica, tamanho “GG” Peso acima de 90 kg, cintura de 120 a 160 cm

Ao tornar a exigência dos parâmetros de medidas das fraldas adulto de maneira imperativa, poderá trazer prejuízos a competitividade e economicidade do pregão, uma vez que, uma licitante com melhor proposta na disputa, mas com uma variação mínima de tamanho da fralda em relação ao edital, poderá ser alijada do certame.

Exemplificando, a futura licitante tem conformidade das medidas do seu produto em praticamente todos os itens exigidos no Termo de Referência.

Entretanto, tem as seguintes variações de tamanhos de fraldas, considerando aquelas dispostas no Termo de Referência, conforme segue:

- **FRALDA DA LICITANTE - M** - Cintura 70 a 115 cm - Peso 40 – 70 kg - Pequena variação de cintura;

As referidas exigências de tamanho das fraldas sem variação métrica, poderão afastar potenciais licitantes, como esta fabricante de fraldas, que fornece para diversos órgãos públicos, indo na contramão dos princípios da competitividade e interesse público.

**Como não há uma diretriz que defina o tamanho das fraldas de maneira taxativa, os fabricantes costumam ter pequenas variações nas medidas, mas sempre seguindo o padrão de mercado, isso sem qualquer prejuízo a eficácia e segurança do usuário.**

A especificação do Edital de tamanho da fralda adulto, é uma exigência necessária, a futura licitante não discorda, mas que essa exigência deva contemplar uma margem de variação de 10% a 30%, uma vez que, não implicaria em perda de qualidade do produto, visto ser uma das finalidades alcançadas.

Ao definir de forma correta um objeto a ser licitado, não somente a Administração beneficia-se dos resultados ao final, quando de sua entrega, porém, principalmente o licitante, pois lhe possibilitará sua perfeita compreensão e quantificação das propostas para a contratação almejada.

Neste sentido, no tocante ao aspecto jurídico, ressalta que é princípio estabelecido por lei, a garantia da igualdade das empresas na participação do certame e seu objetivo é sempre a proposta mais vantajosa, não podendo criar critérios que dificultem a competitividade, salvo se necessário ao objeto, previsão estabelecida pela Lei geral de licitações - Lei 8.666/93:

Nessa mesma esteira, estabelece a Lei 10.520/02, que institui a modalidade de pregão: Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

*II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;*

É também este o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: "As regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa".

A futura licitante não pretende que seja retificado os parâmetros de medidas exigidos no edital, mas tão somente seja inserido uma margem de variação para essas métricas, e que,



a variação se dê não somente para os itens/produtos da empresa, e que diverge do edital, mas para todos os itens de fraldas adulto, pois outras licitantes também poderão se beneficiar de tal retificação.

Por fim, a futura licitante respeitosamente pugna que seja retificado o edital, e em submissão aos princípios que regem a administração pública de forma isonômica, no tocante aos **Itens 1 a 7**, tornando a exigência das medidas de TAMANHO DAS FRALDAS ADULTO descritas no Termo de Referência COMO APROXIMADAS, respeitando uma variação/margem de 10% a 30% em relação a aquelas medidas do fabricante/licitante.

**NÃO SENDO ESTE ENTENDIMENTO TORNAR A EXIGÊNCIA COMO NÃO DESCLASSIFICATÓRIA/ELIMINATÓRIA**, conduzindo assim a participação de um maior número de empresas licitantes.

## **2.2. – DA EXIGÊNCIA DE “IDENTIFICADOR DE UMIDADE” DAS FRALDAS ADULTO – ITENS 1 a 7.**

Cumprido esclarecer que, ainda na fase interna do certame, compete à Administração proceder estudo detalhado sobre as características do objeto, modo de comercialização e preços praticados no mercado, a fim de delimitar os procedimentos que serão desenvolvidos na licitação.

No tocante ao Termo de Referência do Edital, o objeto trás as seguintes especificações de exigência de “identificador de umidade” nas fraldas geriátricas:

Referida exigência de “identificador de umidade” das fraldas geriátricas, poderá afastar potenciais licitantes, como esta fabricante de fraldas, que fornece para diversos órgãos públicos, indo na contramão dos princípios da competitividade e interesse público.

A especificação do Edital “identificador de umidade” das fraldas geriátricas, não é característica presente na maioria das vezes, nas marcas líderes de mercado, que eventualmente são fornecidas por força de decisão judicial.

Por certo que não é tal exigência que poderá trazer qualquer qualidade ao produto almejado, sendo inclusive, um potencial fator de risco a proteção e cuidado do usuário. O preponderante é a capacidade de absorção e barreiras de proteção, que esta relacionada a qualidade de matéria prima do produto.

**Por certo que o preponderante é as fraldas geriátricas terem uma boa capacidade de absorção, com vista a impedir que urina ou fezes fiquem em contato com a pele.**

**Importa saber, que a presença do "identificador de umidade", pode inclusive, acarretar prejuízos a saúde do usuário, pois o cuidador/agente poderá regular a troca das fraldas do usuário ao indicativo de umidade, e não a questão temporal, com potencial risco a saúde do paciente.**

**Fato é que o componente não é eficaz para presença de fezes. Este aspecto é muito relevante, pois a troca de fraldas deve se dar a cada 2 a 3 horas, e o "identificador de umidade" pode causar danos ao usuário, pois o mesmo, eventualmente, só indicará a presença de urina, e não de fezes, podendo desse modo, ocasionar assaduras e irritação a pele do usuário, pela demora na troca de fraldas.**

Neste sentido, importante referir que o determinante para eficácia e segurança das fraldas descartáveis é sua composição para fins de absorção, formada pelos polímeros superabsorventes, que são aqueles que possuem grande afinidade pela água como, por exemplo, o poliacrilato de sódio (PAS), no qual o mecanismo de absorção é por osmose, além desses componentes, mais a presença da manta e corte anatômico, presentes nas fraldas geriátricas fornecidas pela futura licitante.

Interessa referir que os aspectos técnicos descritos acima, se revestem de maior eficácia ao produto fralda descartável, do que a presença de um indicador de umidade.

A futura licitante deverá inserir o "indicador de umidade" nos seus produtos a partir do segundo semestre. Mas independente, fato é que a fralda fornecida hoje pela futura licitante, atende a todos os demais critérios técnicos do Termo de Referência, devendo ser considerado para fins de análise do presente recurso.

Ao definir de forma correta um objeto a ser licitado, não somente a Administração beneficia-se dos resultados ao final, quando de sua entrega, porém, principalmente o licitante, pois lhe possibilitará sua perfeita compreensão e quantificação das propostas para a contratação almejada.

De fato, a lei licitatória buscou a preservação do que realmente se procura atingir numa licitação, impondo várias limitações de molde a evitar que exigências não previstas em lei acabassem por representar instrumentos de indevida restrição à liberdade de participação em licitação e desvio da igualdade entre os licitantes.



Sobre o assunto, lapidar é a lição do ilustre administrativista Adilson Dallari, em sua obra, verbis: "A doutrina e a jurisprudência indicam que, no tocante à fase de habilitação, como o objetivo dessa fase é verificar se aquelas pessoas que pretendem contratar têm ou não condições para contratar (essa é a essência, isto é o fundamento), interessa para a Administração receber o maior número de proponentes, porque, quanto maior a concorrência, maior será a possibilidade de encontrar condições vantajosas.

Por fim, a futura licitante respeitosamente pugna que seja retificado o edital no tocante aos itens **ITENS 1 a 7** excluindo a exigência de "identificador de umidade" das fraldas geriátricas, uma vez que não poderá impor maior qualquer qualidade ao produto almejado, **ALTERNATIVAMENTE** tornar a exigência **NÃO DESCLASSIFICATÓRIA/ELIMINATÓRIA**, conduzindo assim a participação de um maior número de empresas licitantes.

### 3. DO DIREITO

Os procedimentos licitatórios devem respeitar regras e princípios, com destaque para o da competitividade e igualdade, para que a administração pública possa, posteriormente, selecionar a proposta mais vantajosa, ao teor do art. 3º da Lei 8.666/93:

**Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

#### **§ 1º É vedado aos agentes públicos:**

**I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;**

#### **ARTS. 44, §1.º - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO DAS PROPOSTAS:**

**Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.**



**§ 1o É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.**

Com relação ao tema, colacionam-se os ensinamentos de HELY LOPES

***A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os participantes do certame, quer através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreça, uns em detrimento de outros, quer mediante julgamento faccioso, que desiguala os iguais ou iguale os desiguais (art. 3º, §1º). Desse princípio decorrem os demais princípios da licitação, pois estes existem para assegurar a igualdade [...].***

***O desatendimento a esse princípio constitui a forma mais insidiosa de desvio de poder, com que a Administração quebra a isonomia entre os licitantes [...] (Direito Administrativo Brasileiro, 38 ed., São Paulo: Malheiros, 2012, p. 293).***

Jessé Torres Pereira Junior, em comentário ao dispositivo, elucida:

*"A nenhum servidor da Administração Pública é dado, por qualquer modo, violar o caráter competitivo da licitação. Este é da sua essência, é a razão de existir do instituto. Deveria figurar entre os princípios referidos no caput do art. 3º, embora se possa presumir sua presença entre os correlatos, tanto que será inexigível a licitação 'quando houver inviabilidade de competição' (art. 25)" (Comentários à lei de licitações e contratações da administração pública. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 56.) E arremata esse doutrinador: "Licitação sem competição é fraude ou não licitação." (ob. cit., p. 57)".*

Para Toshio Mukai, a norma contempla o princípio da competitividade:

*"[...] tão essencial à matéria que, se num procedimento licitatório, por obra de conluio, faltar a competição (ou oposição) entre os concorrentes, falecerá a própria licitação, posto que esta é sinônimo de competição" (Curso avançado de licitações e contratos públicos. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000. p. 9/10)*

Nesse sentido, são precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

*"A exigência editalícia que restringe a participação de concorrentes, constitui critério discriminatório desprovido de interesse público, desfigurando a discricionariedade, por consubstanciar 'agir' abusivo, afetando o princípio da igualdade." (REsp. n. 43856/RS, rel. Min. Milton Luiz Pereira, DJ 04.09.95) "É certo que não pode a Administração, em nenhuma hipótese, fazer exigências que frustrem o caráter competitivo do certame, mas sim garantir ampla participação na disputa licitatória, possibilitando o maior número possível de concorrentes, desde que tenham qualificação técnica e econômica para garantir o cumprimento das obrigações." (REsp. n. 474781/DF, rel. Min. Franciulli Neto, DJ 12.05.03)*



Ademais, em momentos de crise como o atual, com escassez de recursos, os processos de compra devem possibilitar a participação do maior número de licitantes possíveis, visando selecionar a melhor proposta e o menor preço.

De tal modo, em razão das ilegalidades apontadas, requer a suspensão do referido edital, para as correções que se fizerem necessárias, através da exclusão das exigências que frustram o caráter competitivo do certame, nos termos abaixo solicitados:

#### 4. DOS PEDIDOS

Ante o exposto requer:

- a) Seja recebida a presente impugnação, eis que tempestivamente protocolizada, **preliminarmente concedida a suspensão do processo licitatório.**
- b) Seja provida a presente impugnação com o fim de:
  - 1) Seja retificado o edital, sempre com submissão aos princípios que regem a administração pública e de forma isonômica, no tocante aos **Itens 1 a 7**, tornando a exigência das medidas de TAMANHO DAS FRALDAS ADULTO descritas no Termo de Referência COMO APROXIMADAS, respeitando uma variação/margem de 10% a 30% em relação a aquelas medidas do fabricante/licitante.  
  
**NÃO SENDO ESTE ENTENDIMENTO TORNAR A EXIGÊNCIA COMO NÃO DESCLASSIFICATÓRIA/ELIMINATÓRIA**, conduzindo assim a participação de um maior número de empresas licitantes.
  - 2) Seja retificado o edital no tocante aos itens **ITENS 1 a 7**, excluindo a exigência de "identificador de umidade" das fraldas geriátricas, uma vez que não poderá impor maior qualquer qualidade ao produto almejado, **ALTERNATIVAMENTE** tornar a exigência **NÃO DESCLASSIFICATÓRIA/ELIMINATÓRIA**, conduzindo assim a participação de um maior número de empresas licitantes.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Santa Rosa/RS, 31 de maio 2023.

**FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIENE LTDA**

SUA ORDEM DE SERVIÇO DEBEM SER ASSINADA

ASSINATURA



Assunto: **Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 049/2023**  
De: Sonia Santos <sonia2133@gmail.com>  
Para: <licita@itaqui.rs.gov.br>  
Cc: Fracma Com. Prod. para Higiene Ltda <fracmasantarosa@gmail.com>  
Data: 31/05/2023 20:33

Processo nº **63 14**  
**web**  
01/05/2023 Folha //

- ITAQUI - 31.05.2023 assinada.pdf (~582 KB)

Prezados,

Anexo impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 049/2023.

Peço gentilmente confirmação de recebimento.

Cordialmente  
Dra Sonia Santos





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**

Rua Bento Gonçalves, 335

ITAQUI - RS

5534321100 - CNPJ : 88.120.662/0001-46

itaqui@itaqui.rs.gov.br

www.itaqui.rs.gov.br

PROCESSO N° 6314/2023  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 01/06/2023  
Hora: 08:02  
Usuário: VERIDIANA VELASQUE FERNER  
Público: Sim

12

**Processo :** 6314/2023

**Data :** 01/06/2023

**Tipo :** APRESENTA SOLICITAÇÃO -

**Titular do Processo :** FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIEN

**Hora :** 07:49

**Atendente :** BEATRIZ MOTTA GOIA

**Requerente :** FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIEN

**Observação :** PREGÃO ELETRÔNICO N°049/2023

**Despacho : 1- À Secretaria de Saúde**

Prezados, tendo em vista a presente impugnação ao Edital do PE 049/2023, apresentada tempestivamente, quanto as medidas das fraldas e identificador de umidade, solicito manifestação desta Secretaria quanto ao solicitado.

Informo que se houverem alterações nos descritivos dos itens, deverá ser devolvido o prazo de 08 dias úteis de publicação para o certame.

**2- À Procuradoria Geral do Município**

Para análise e parecer da impugnação ora solicitada, levando em consideração a manifestação da Secretaria de Saúde.

**3- Ao Gabinete de Gestão Integrada**

Para manifestação da autoridade competente.

Atenciosamente,

Veridiana Ferner

**CAMPOS ADICIONAIS**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**

Rua Bento Gonçalves, 335

ITAQUI - RS

5534321100 - CNPJ : 88.120.662/0001-46

itaqui@itaqui.rs.gov.br

www.itaqui.rs.gov.br

PROCESSO Nº 6314/2023  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 02/06/2023  
Hora: 08:55  
Usuário: JULIARA SOARES FALCÃO  
Público: Sim

13

Processo : 6314/2023

Data : 01/06/2023

Tipo : APRESENTA SOLICITAÇÃO -

Titular do Processo : FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIEN

Hora : 07:49

Atendente : BEATRIZ MOTTA GOIA

Requerente : FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIEN

Observação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº049/2023

Despacho : Ao setor de Licitação

Após uma análise cuidadosa do seu pedido de impugnação, a Secretaria de Saúde decidiu manter as descrições dos itens conforme estabelecido no edital do Pregão Eletrônico.com base nas diretrizes e critérios estabelecidos, concluímos que a manutenção das descrições dos itens é necessária para garantir a transparência, a igualdade de condições entre os concorrentes e a eficiência do processo licitatório.

Ressaltamos que o Termo de referencia ao qual baseia - se foi elaborado levando em consideração as especificações técnicas e as necessidades da Secretaria de Saúde, buscando garantir a qualidade e a adequação dos produtos adquiridos. Além disso, a manutenção das descrições dos itens proporciona uma base objetiva para avaliação das propostas e garante a seleção do fornecedor que atenda aos requisitos estabelecidos de forma precisa.

CAMPOS ADICIONAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**

Rua Bento Gonçalves, 335

ITAQUI - RS

5534321100 - CNPJ : 88.120.662/0001-46

itaqui@itaqui.rs.gov.br

www.itaqui.rs.gov.br

PROCESSO Nº 6314/2023  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 02/06/2023  
Hora: 10:16  
Usuário: VERIDIANA VELASQUE FERNER  
Público: Sim

Processo : 6314/2023

Data : 01/06/2023

Tipo : APRESENTA SOLICITAÇÃO -

Titular do Processo : FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIEN

Hora : 07:49

Atendente : BEATRIZ MOTTA GOIA

Requerente : FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIEN

Observação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2023

**Despacho : À Assessoria Jurídica**

**DA TEMPESTIVIDADE**

A solicitação de impugnação foi enviada no email no dia 31/05/2023 às 20:33 e o Pregão está previsto para ocorrer no dia 06/06/2023 às 07:30, portanto tempestivo.

**DOS FATOS:**

A Empresa FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIENE LTDA, inscrita no CNPJ 09.427.563/0001-35, solicitou através do email da licitação impugnação ao edital do PE 049/2023 - RP de Fraldas Descartáveis.

A mesma solicita alteração das medidas mínimas aceitáveis das fraldas e retirada do indicador de umidade das fraldas geriátricas, pelos fatos e fundamentos expressos nas folhas 02-10. É o breve relato.

**DA SECRETARIA GESTORA DA ATA:**

A Secretaria de Saúde, se manifesta na folha nº 13, opinando por manter o descritivo dos itens.

**DA ANÁLISE**

Tendo em vista a manifestação da secretaria Gestora, opino pela **MANUTENÇÃO DO EDITAL**, tendo em vista que todo o processo deve estar condicionado nos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativa.

Igualmente, aplicam-se os preceitos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, principalmente no que concerne aos seus princípios moralizadores.

Assim, é valido frisar, que não compete a impugnante adentrar na discricionariedade da Administração, ensinando como se deve agir na aquisição de seus bens. Aceitar esse tipo de interferência na aquisição pública seria privilegiar o interesse particular em detrimento do interesse público.

**DA CONCLUSÃO**

Em face ao exposto, com base nos fatos e fundamentos apresentados acima, decido por conhecer a presente impugnação para, no mérito, julgar **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, mantendo inalterados os termos do instrumento convocatório, bem como a data da sessão pública.

Ante o exposto é o parecer desta pregoeira, salvo melhor juízo, respeitadas as opiniões em sentido contrário, ficando a decisão final quanto ao deferimento ou indeferimento, à oportunidade e conveniência do Poder Executivo, neste ato representado pelo Srº Prefeito.

Itaqui/RS, 02 de Junho de 2023.  
Veridiana Velasque Ferner  
Pregoeira

**CAMPOS ADICIONAIS**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**  
**Estado do Rio Grande do Sul**

R: Bento Gonçalves – 335 – Bairro: Centro – CEP: 97650-000

Fone (55) 3432-1100-Fax-(55) 3433 2323 –

Procuradoria do Município – Ramais 245,246 e 247

15  
ep

**Processo Administrativo nº 6314/2023**

**Interessado: FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIENE LTDA – CNPJ:**  
**09.427.563/0001-35**

**Parecer nº 314/2023**

**Sr. Prefeito,**

Cuida-se de pedido de impugnação apresentada pela empresa **FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIENE LTDA – CNPJ: 09.427.563/0001-35** quanto ao edital de Pregão Eletrônico nº 049/2023.

De antemão registra-se que a peça impugnatória é tempestiva, posto que apresentada dentro do prazo estabelecido em lei (art.41, §1º da Lei 8.666/1993).

Vieram os autos para análise e emissão de parecer.

Inicialmente, cumpre destacar que a presente manifestação da assessoria jurídica é de cunho estritamente jurídico, exarada com base unicamente nas informações e documentos apresentados nos autos, não tendo o condão de chancelar decisões de cunho técnico ou administrativo, ou de efetuar juízo de conveniência e oportunidade.

O Pregão Eletrônico nº 049/2023 tem por objeto o registro de preços de fraldas descartáveis. Nesse sentido, informa-se que o edital de Pregão Eletrônico publicado em 25/05/2023, com a previsão de disputa de preços sinalizada para o dia 06/06/2023, tendo sido adotado o critério de julgamento menor preço por item, conforme se depreende do instrumento editalício.

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Analisando os autos do processo administrativo, observa-se que a licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei nº 8.666/1993, no tocante à modalidade e ao procedimento. Verifica-se que foram cumpridas as formalidades de publicidade do procedimento, a realização de pesquisa de preços, etc. Restando, portanto, obedecidos os pressupostos legais, razões pelas quais não há que se falar em ilegalidade, no sentido de respeito às formalidades procedimentais.

16  
A peça impugnatória apresentada pela empresa versa sobre a especificação do objeto licitado, nos termos do documento de folhas n.02/10.


A empresa aduz que as exigências de tamanho das fraldas sem variação métrica, poderão afastar potenciais licitantes, e afirma que a especificação do edital de tamanho de fralda adulto, é uma exigência necessária, contudo, deve contemplar uma margem de variação de 10% a 30% (fls.03/04).

Em análise ao pedido impugnatório verifica-se que se tratam de questões técnicas, as quais foram esclarecidas pela Secretaria Municipal da Saúde, parte interessada. Nesse sentido, a secretaria se manifestou no sentido de não acolhimento da peça impugnatória, posto que o termo de referência que baseou a elaboração do edital levou em consideração as especificações técnicas e as necessidades da secretaria, buscando a garantia da qualidade e adequação dos produtos a serem adquiridos (fl.13).

Desse modo, sob a ótica jurídica, o entendimento é pelo **NÃO ACOLHIMENTO DA IMPUGNAÇÃO**, opinando pela manutenção do edital em todos os seus termos, como também da data aprazada para realização do certame.

Ante o exposto é o parecer, salvo melhor juízo, respeitadas as opiniões em sentido contrário, ficando a decisão final quanto a viabilidade e deferimento das razões recursais, à oportunidade e conveniência do Poder Executivo, neste ato representado pelo Sr. Prefeito.

Itaqui(RS), 02 de junho de 2023.

  
ELEONORA DA SILVA ANDRADE  
Assessora da Procuradoria  
OAB/RS 107.496





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**

Rua Bento Gonçalves, 335

ITAQUI - RS

5534321100 - CNPJ : 88.120.662/0001-46

itaqui@itaqui.rs.gov.br

www.itaqui.rs.gov.br

PROCESSO Nº 6314/2023  
IMPRESSÃO DE DESPACHO  
Data: 02/06/2023  
Hora: 12:43  
Usuário: GIAN DE SOUZA FERNER  
Público: Sim



Processo : 6314/2023

Data : 01/06/2023

Tipo : APRESENTA SOLICITAÇÃO -

Titular do Processo : FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIEN

Hora : 07:49

Atendente : BEATRIZ MOTTA GOIA

Requerente : FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIEN

Observação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº049/2023

**Despacho :** Nestes autos, a Empresa FRACMA COMERCIAL DE PRODUTOS PARA HIGIENE LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 09.427.563/0001-35, apresenta IMPUGNAÇÃO quanto ao Edital do Pregão Eletrônico nº 049/2023, que tem por objeto a contratação de empresa para aquisição Fralda Descartável. A peça impugnatória apresentada pela empresa versa sobre a especificação do objeto licitado, nos termos do documento de folhas nº 02 a 10. A peça impugnatória foi apresentada tempestivamente, em consonância com o disposto no artigo 41, § 1º, da Lei 8.666/93. Diante do exposto, uma vez que a Licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei de Licitações e considerando o parecer nº 314, de 02 de junho de 2023, da Assessoria da Procuradoria-Geral do Município, decido pelo NÃO ACOLHIMENTO da mesma e DETERMINO a manutenção do Edital em todos os seus termos, como também da data apazada para realização do certame. Encaminhe-se o presente expediente administrativo ao Setor de Licitações para as providências administrativas que o caso requer, observando-se em TUDO as disposições legais que regem a matéria, inclusive o Parecer jurídico citado. Após, por cumprido e nada mais havendo, archive-se.

Em 02-06-2023 – 6ª feira.

LEONARDO BETIN  
Prefeito

**CAMPOS ADICIONAIS**

Assunto: **Re: Impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 049/2023**  
De: <licita@itaqui.rs.gov.br>  
Para: Sonia Santos <sonia2133@gmail.com>  
Data: 05/06/2023 12:06

**web**

• Resposta Impugnação.pdf (~678 KB)

Prezada Fracma Comercial de Produtos para Higiene LTDA,

Recebemos sua impugnação referente ao Pregão Eletrônico Nº 049/2023, datada de 31-05-2023, e gostaríamos de informar que, após análise cuidadosa, a autoridade competente determinou que a impugnação não foi acolhida.

Levando em consideração os argumentos apresentados, a análise criteriosa dos documentos e todas as informações pertinentes, a autoridade competente concluiu pelo NÃO

ACOLHIMENTO da mesma e DETERMINOU a manutenção do Edital em todos os seus termos, como também da data aprazada para realização do certame.

Demais esclarecimentos, estão contidos no documento em anexo.

Compreendemos que possa haver desapontamento com essa determinação, no entanto, reforçamos que nosso processo de avaliação é conduzido com imparcialidade e de acordo com as diretrizes e regulamentos estabelecidos. Tomamos todas as medidas necessárias para garantir que todas as partes sejam tratadas de forma justa e equitativa.

Agradecemos pelo tempo e esforço dedicados à apresentação da impugnação. Caso haja necessidade de esclarecimentos adicionais ou se surgirem outras questões relacionadas ao assunto, estamos à disposição para fornecer as informações solicitadas.

Atenciosamente,

Veridiana Ferner

Pregoeira

---



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUI**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Setor de Licitação**

R: Bento Gonçalves, nº 335, Bairro Centro, CEP: 97650-000  
Fone (55) 3432-1100 – [licita@itaqui.rs.gov.br](mailto:licita@itaqui.rs.gov.br)  
**Ramal 232/233**

Em 31/05/2023 20:33, Sonia Santos escreveu:

Prezados,

Anexo impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 049/2023.

Peço gentilmente confirmação de recebimento.

Cordialmente  
Dra Sonia Santos

--